



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

Aprovação do Conselho Pedagógico

26/10/2018 

Aprovação do Conselho Técnico-Científico

14/11/18 

**Ficha de Unidade Curricular (FUC) de
Direito Processual Executivo**

Curso(s): Mestrado em Solicitadoria

Ano Curricular: 1º ano

Semestre curricular: 1º Semestre

Ano letivo: 2018/2019

Docente Responsável: Miguel Dinis Pestana Serra

Unidade Curricular

Designação:	Direito Processual Executivo
Curso(s):	Mestrado em Solicitoria
Ano curricular:	1º ano
Semestre curricular:	1º Semestre
Número de ECTS:	7
Horas de contacto:	50

1. Corpo Docente

***Replicar pelo nº de docentes, sendo que o primeiro deverá ser o responsável da UC

Nome: Miguel Dinis Pestana Serra
Gabinete: 2.13
Email: mserra@iscac.pt

2.Funcionamento

a) Objetivos:

Fornecer aos alunos conhecimentos sobre a realização coativa das obrigações. É propósito desta unidade curricular analisar de forma aprofundada as matérias relacionadas com o Processo Executivo, estimulando a investigação, a discussão e a opinião crítica dos alunos.

As aulas teóricas e as sessões tutoriais permitem aos estudantes compreender as matérias preleccionadas e demonstrar os conhecimentos adquiridos, através de várias modalidades de avaliação de conhecimentos.

b) Regime de frequência e metodologia de avaliação:

A avaliação de conhecimentos será realizada através de um trabalho escrito que será apresentado/defendido em sala de aula, com indicação da posição pessoal do aluno, escrito, bem como da doutrina e da jurisprudência relevantes. O trabalho deve ter no mínimo 15 páginas e no máximo 25 páginas. Não se incluem na contagem das páginas anteriormente mencionadas a capa e a contracapa, o índice, a bibliografia, a lista de abreviaturas e eventuais anexos. A avaliação por apresentação do trabalho implica a presença obrigatória em pelo menos 80% das aulas.

Para os alunos que não tenham aproveitamento, ou não tenham sido avaliados através de trabalho escrito será realizada avaliação final através de prova escrita de exame final, classificado de 0-20 valores. A aprovação à unidade curricular pressupõe a obtenção de 10 valores.

c) Programa:

Conceito e Fins da ação executiva
Pressupostos da ação executiva
Os títulos executivos
A certeza, a exigibilidade e a liquidez da obrigação
A competência do tribunal: internacional e interna
A legitimidade das partes
O patrocínio judiciário
As formas de processo executivo
A tramitação do processo executivo comum para pagamento de quantia certa
Oposição à execução. Fundamentos de oposição à execução
A penhora. Objeto da penhora. Impenhorabilidades
A fase da penhora
Função e efeitos da penhora
Oposição à penhora
Concurso de credores. Pressupostos específicos da reclamação de créditos
A venda executiva. Modalidades
O pagamento. Extinção e anulação da execução

d) Bibliografia:

- Carvalho Gonçalves, Marco, Lições de Processo Civil Executivo, Almedina, Coimbra 2018;
- Carvalho, José Henrique, Ação Executiva para Pagamento de Quantia Certa, Quid Juris, Lisboa, 2016;
- Costa Ribeiro, Virgínio, As Funções do Agente de Execução, Coimbra, Almedina, 2011;
- Gonçalves Pinto, Rui, Manual da Execução e Despejo, Coimbra Editora, setembro 2013;
- Lebre de Freitas, José, A Ação Executiva, À Luz do Código de Processo Civil de 2013, 7ª Edição, Coimbra, Gestlegal, 2017;
- Mesquita, Lurdes, Costeira da Rocha, Francisco, A ação executiva no novo CPC, Editora Vida Económica, Porto 2014;
- Mineiro, Pedro Edgar, Competências do juiz e do agente de execução na ação executiva para pagamento de quantia certa, Almedina, Coimbra 2016;
- Paiva, Eduardo, Cabrita, Helena, O processo executivo e o agente de execução, Coimbra Editora, Coimbra, 2013;

- Remédio Marques, J. P., Curso de Processo Executivo Comum à Face do Código Revisto, Coimbra;
- Serra, Miguel Dinis, El Ejercicio de la Abogacía en Portugal y España- Estudio Comparativo, impresso por Coimbra Editora, Coimbra, 2015;
- Teixeira de Sousa, Miguel, Acção Executiva Singular, Lex, 1998;